



**Ministério das Finanças  
e do Fomento Empresarial**

Direção Nacional do Orçamento  
e da Contabilidade Pública

# OE 2022

**SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO**

**ATÉ ABRIL**

**MAIO 2022**

## ÍNDICE

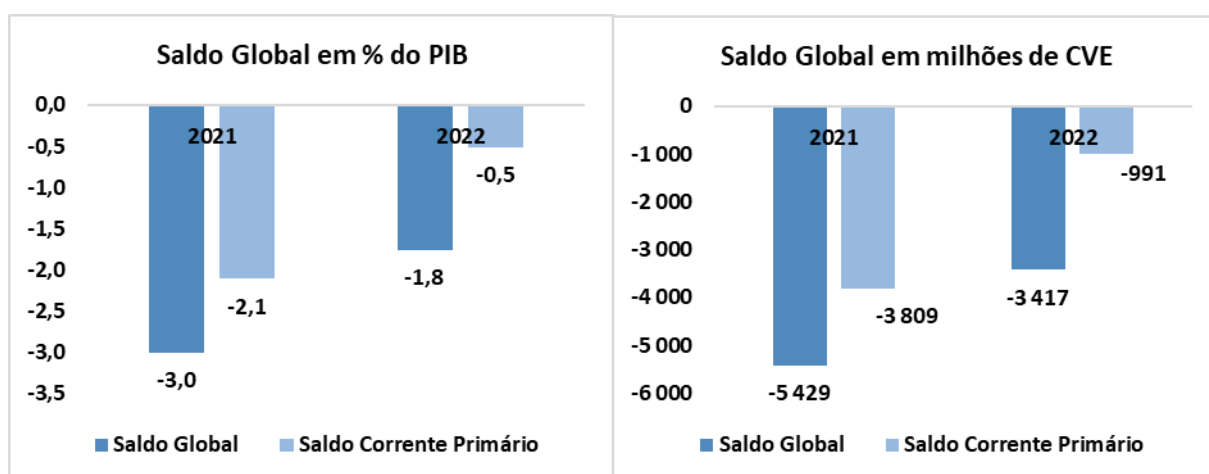
<b>1.</b>	<b>Síntese Geral de Execução Orçamental</b> .....	<b>3</b>
<b>2.</b>	<b>Análise das Receitas Totais</b> .....	<b>5</b>
<b>2.1.</b>	<b>Receitas (não inclui venda de ativos)</b> .....	<b>6</b>
<b>2.2.</b>	<b>Venda de Ativos Não Financeiros</b> .....	<b>9</b>
<b>3.</b>	<b>Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros</b> .....	<b>9</b>
<b>3.1.</b>	<b>Por Classificação Económica</b> .....	<b>9</b>
<b>3.1.1.</b>	<b>Despesas</b> .....	<b>10</b>
<b>3.1.2.</b>	<b>Ativos Não Financeiros</b> .....	<b>12</b>
<b>3.2.</b>	<b>Por Tipo de Financiamento</b> .....	<b>13</b>
<b>4.</b>	<b>Projetos em Resposta à Covid-19</b> .....	<b>14</b>
<b>5.</b>	<b>Dívida Pública</b> .....	<b>15</b>

### 1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global apurado para o mês abril de 2022 foi de 3.416,6 milhões de CVE negativos, ou seja, um défice de 1,8% do PIB reprogramado para o ano. Esse resultado se traduziu numa diminuição de 1,3 p.p. face ao mesmo período de 2021.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 1,6 p.p., comparativamente ao período homólogo, fixando-se em -0,5%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas, para além da ligeira contribuição ao nível do PIB. No quadro fiscal, os efeitos da guerra na Ucrânia ainda não se fazem sentir nos primeiros quatro meses de 2022.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE - DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em abril de 2022, comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrem:

- do acréscimo das receitas totais em 29,7% (+3.416,4 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados, com exceção das transferências (com destaque aos donativos);
- do acréscimo das despesas totais em 5,1% (+857,8 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque as despesas com

- o pessoal e aquisições de bens e serviços, em parte, na sequência da consolidação do processo de bancarização; e
- o do aumento em ativos não financeiros líquidos em 250,0% (+546,7 milhões de CVE), justificado em grande parte pelo aumento de compras de ativos financeiros nesse período e redução de vendas em relação ao período homólogo.

**Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado**

(em milhões de CVE)

	2021		2022		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Ret	Abr	Orç. Inicial	Abr		
<b>1. Total Receitas</b>	<b>52 520</b>	<b>11 488</b>	<b>58 196</b>	<b>14 905</b>	<b>25,6</b>	<b>29,7</b>
<b>1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)</b>	<b>47 270</b>	<b>11 027</b>	<b>54 215</b>	<b>14 699</b>	<b>27,1</b>	<b>33,3</b>
Impostos	34 895	9 540	41 184	12 714	30,9	33,3
Segurança Social	71	19	71	20	27,7	3,1
Transferências (donativos)	5 250	462	3 982	206	5,2	-55,3
Outras Receitas	12 304	1 468	12 960	1 965	15,2	33,9
<b>2. Total Despesas</b>	<b>63 473</b>	<b>16 698</b>	<b>62 112</b>	<b>17 556</b>	<b>28,3</b>	<b>5,1</b>
Despesas com Pessoal	24 480	7 059	24 326	7 467	30,7	5,8
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	2 157	12 390	2 400	19,4	11,3
Juros Correntes	4 485	1 413	5 541	1 598	28,8	13,0
Subsídios	1 116	529	1 008	374	37,1	-29,3
Transferências	7 847	1 810	6 663	1 591	23,9	-12,1
Corrente	7 277	1 775	6 097	1 508	24,7	-15,1
Capital	570	35	566	84	14,8	138,4
Benefícios Sociais	9 179	2 892	8 316	2 791	33,6	-3,5
Outras despesas correntes	4 075	517	3 868	870	22,5	68,4
Valor a regularizar		321	0	464	-	44,6
<b>3. Resultado Operacional Bruto</b>	<b>-10 953</b>	<b>-5 210</b>	<b>-3 916</b>	<b>-2 651</b>	<b>67,7</b>	<b>-49,1</b>
<b>4. Ativos não Financeiros</b>	<b>9 863</b>	<b>219</b>	<b>10 217</b>	<b>765</b>	<b>7,5</b>	<b>250,0</b>
Compra ativos não financeiros	11 353	582	10 625	1 064	10,0	82,9
Venda ativos não financeiros	1 490	363	408	299	73,3	-17,7
<b>5. Global Global (1-2-4)</b>	<b>-20 816</b>	<b>-5 429</b>	<b>-14 134</b>	<b>-3 417</b>	<b>24,2</b>	<b>-37,1</b>
Saldo global (em percentagem do PIB)	-11,9	-3,0	-7,5	-1,8	-	-
Saldo Corrente Primario	-7 271	-3 809	1 029	-991	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	-4,1	-2,1	0,5	-0,5	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-16 331	-4 015	-8 592	-1 819	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-9,3	-2,2	-4,5	-0,9	-	-
<b>6. Financiamento</b>	<b>20 816</b>	<b>4 983</b>	<b>14 134</b>	<b>3 242</b>	-	-
<b>6.1 Ativos Financeiros</b>	<b>934</b>	<b>-594</b>	<b>-4 363</b>	<b>1 527</b>	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	2 303	12	120	19	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 278	-315	-2 513	-203	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 049	-292	-2 651	-951	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 958	0	681	2 661	-	-
<b>6.2 Passivos Financeiros</b>	<b>19 882</b>	<b>5 577</b>	<b>18 497</b>	<b>1 715</b>	-	-
<b>Interno líquido</b>	<b>5 402</b>	<b>4 820</b>	<b>11 412</b>	<b>3 254</b>	-	-
Sistema bancário		2 686		207	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-185	-50	-185	-43	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		53		439	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito		-466		-762	-	-
Outras operações de tesouraria		-553		248	-	-
Sistema não bancário		3 150		3 167	-	-
<b>Externo líquido</b>	<b>14 481</b>	<b>758</b>	<b>7 085</b>	<b>-1 539</b>	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	17 392	2 289	16 089	794	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-2 911	-1 532	-9 005	-2 333	-	-
<b>7.GAP Financiamento (5 - 6)</b>	<b>0</b>	<b>-446</b>	<b>0</b>	<b>-174</b>	-	-

Fonte: MFFE - DNOCP

## 2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até abril de 2022 cifraram-se em 15.203,6 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 28,3%, comparativamente ao período homólogo.

**Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais**

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2021		2022		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Ret.	Abr	Orç. Inicial	Abr		
<b>Impostos</b>	<b>34 895</b>	<b>9 540</b>	<b>41 184</b>	<b>12 714</b>	<b>30,9</b>	<b>33,3</b>
<b>Imposto único sobre rendimentos</b>	<b>9 271</b>	<b>2 460</b>	<b>11 230</b>	<b>2 656</b>	<b>23,6</b>	<b>8,0</b>
IR-PS	6 026	1 775	6 799	1 974	29,0	11,2
IR-PC	3 244	685	4 431	681	15,4	-0,5
<b>Outros impostos directos</b>	<b>570</b>	<b>138</b>	<b>649</b>	<b>178</b>	<b>27,4</b>	<b>28,9</b>
Tributo Especial Unificado - TEU	570	138	617	178	28,8	28,7
Taxa de Incêndio	-	-	31	0	0,8	-
<b>Imposto sobre bens e serviços</b>	<b>16 886</b>	<b>4 522</b>	<b>20 129</b>	<b>6 702</b>	<b>33,3</b>	<b>48,2</b>
Imposto sobre o valor acrescentado	14 010	3 817	15 826	5 229	33,0	37,0
IVA DGA	7 425	2 318	8 934	3 040	34,0	31,2
IVA DGCI	6 585	1 499	6 892	2 189	31,8	46,1
Imposto consumo especial	1 955	501	2 477	859	34,7	71,5
Taxa de Tabaco	-	-	323	84	26,1	-
Contribuição turística	248	13	475	241	50,7	1 718,2
Taxa ecológica	674	191	728	198	27,2	3,7
Taxa estatística aduaneira	-	-	300	91	30,2	-
<b>Impostos sobre transações internacionais</b>	<b>7 471</b>	<b>2 200</b>	<b>8 407</b>	<b>2 921</b>	<b>34,7</b>	<b>32,8</b>
Direitos de importação	7 154	2 104	8 067	2 798	34,7	33,0
Taxa comunitaria CEDEAO	317	96	340	123	36,2	28,8
<b>Outros impostos</b>	<b>697</b>	<b>220</b>	<b>769</b>	<b>257</b>	<b>33,4</b>	<b>16,8</b>
Imposto de selo	664	215	719	241	33,6	12,4
Imposto especial sobre jogos	33	5	50	16	31,4	193,4
<b>Segurança Social</b>	<b>71</b>	<b>19</b>	<b>71</b>	<b>20</b>	<b>27,7</b>	<b>3,1</b>
Taxa social única	0	0	71	0	0,0	719,3
Contribuições para a segurança social	71	19	0	19	-	3,1
Outras Contribuições	0	0	0	0	-	-3,3
<b>Transferências</b>	<b>5 250</b>	<b>462</b>	<b>3 982</b>	<b>206</b>	<b>5,2</b>	<b>-55,3</b>
De Governos Estrangeiros	4 525	89	3 378	72	2,1	-19,2
Ajuda Orçamental	1 029	0	825	0	0,0	-
Ajuda Alimentar	321	36	300	13	4,4	-63,4
Donativos directos	3 175	53	2 253	58	2,6	11,3
De Organizações Internacionais	218	224	80	35	43,3	-84,6
Das Administrações Públicas	508	148	523	100	19,1	-32,7
<b>Outras Receitas</b>	<b>12 304</b>	<b>1 468</b>	<b>12 960</b>	<b>1 965</b>	<b>15,2</b>	<b>33,9</b>
Rendimentos de propriedade	4 922	168	5 444	129	2,4	-23,1
Venda de bens e serviços	6 075	1 194	5 957	1 663	27,9	39,3
Multas e outras penalidades	212	46	342	74	21,7	60,2
Outras transferências	314	11	337	51	15,0	348,4
Outras receitas diversas e não especificadas	781	48	880	48	5,5	-0,1
<b>Receitas</b>	<b>52 520</b>	<b>11 488</b>	<b>58 196</b>	<b>14 905</b>	<b>25,6</b>	<b>29,7</b>
<b>Ativos e Passivos</b>	<b>1 490</b>	<b>363</b>	<b>408</b>	<b>299</b>	<b>73,3</b>	<b>-17,7</b>
Ativos não Financeiros	1 490	363	408	299	73,3	-17,7
<b>TOTAL RECEITAS</b>	<b>54 010</b>	<b>11 851</b>	<b>58 604</b>	<b>15 204</b>	<b>25,9</b>	<b>28,3</b>

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do GRE.

### 2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até abril de 2022, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 14.904,7 milhões de CVE, registando um acréscimo de 29,7%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta, por um lado, do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+9,1%), impostos indiretos (+42,3%), segurança social (+3,1%), outras receitas (+33,9%) e, por outro lado, o decréscimo das receitas em donativos (-55,3%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 9,1% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 1.974,1 milhões de CVE, registando uma evolução positiva, em termos homólogos, de 199,0 milhões de CVE (+11,2%). O acréscimo registado em sede do IRPS reflete o aumento das receitas em todas as atividades económicas, excetuando as de eletricidade e construção civil, e da cobrança de valores de anos anteriores negociados em prestações, cujo montante ascendeu cerca de 15 milhões de CVE.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 681,4 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 3,2 milhões de CVE (-0,5%), provenientes do imposto sobre lucro e 508 milhões de CVE do pagamento fracionado, ficando abaixo da cobrança registada no mesmo período do ano anterior, em 3 milhões de CVE (0,5%) e da previsão, em 432 milhões de CVE (38,8%). Não obstante o aumento da cobrança em sede do imposto sobre lucro em 65 milhões de CVE quando comparado com o mesmo período do ano passado, motivado pela cobrança de valores de período anteriores negociadas em prestações, este não foi suficiente para compensar a redução registada em sede do pagamento fracionado, cujo montante ascendeu os 68 milhões de CVE, resultante do não pagamento na totalidade do fracionado de março.
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 177,6 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva 39,6 milhões de CVE (+28,7%) em relação ao mesmo período do ano anterior justificado pelo crescimento das atividades

económicas e pelo do pagamento de dividas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 8 milhões de CVE.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 42,3% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rúbricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 5.229,1 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 1.412,6 milhões de CVE (+37,0%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 31,2% (+722,2 milhões de CVE) enquanto o IVA-DGCI teve um acréscimo de 46,1% (+690,4 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança em todos os setores de atividades, à exceção do setor da construção civil, sendo de ressaltar, o contributo dos setores de alojamento e restauração (372 milhões de CVE), atividades de informação e comunicação (66 milhões de CVE), da indústria transformadora (60 milhões de CVE) e das atividades administrativa e serviços de apoio (53 milhões de CVE). Também é de assinalar a cobrança de dívidas negociadas em prestações, que no período atingiu os 26 milhões de CVE.
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 240,7 milhões de CVE, registando uma arrecadação adicional, em termos homólogos, de 227,5 milhões de CVE, o que sinaliza a retoma da atividade turística.
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 32,8% (+721,4 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2021, verificou-se um aumento na arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 33,0% (+693,8 milhões de CVE, justificado pelo aumento da importação, mas também pelo agravamento de taxas), e na Taxa Comunitária CEDEAO de 28,8% (+27,6 milhões de CVE).
- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto teve uma evolução positiva comparativamente ao período homólogo, em 12,4% (+26,7 milhões de CVE). A receita deste imposto vem mantendo a sua tendência de crescimento, fato que pode ser

justificado pelo crescimento das operações financeiras, atividade que foi alavancada com a pandemia, com destaque a linha de crédito em resposta à covid-19.

- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 15,6 milhões de CVE, registado um aumento de 193,4%, uma vez que, no primeiro trimestre de 2021 a cobrança foi nula. Esta evolução positiva reflete o sinal de retoma da atividade turística por ser um imposto fortemente condicionado pelo dinamismo desta atividade.
- A Taxa de Tabaco e a Taxa Estatística Aduaneira registaram uma arrecadação de 84,1 milhões de CVE (em face ao agravamento de taxas) e 90,7 milhões de CVE, respetivamente.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 206,2 milhões de CVE, correspondendo a um decréscimo de 55,3% (-255,5 milhões de CVE), em face ao desembolso registado no período homólogo de 2021. Esta performance decorre do decréscimo de transferências provenientes (i) de Governos Estrangeiros (-17,1 milhões de CVE), justificado pela redução da ajuda alimentar (-63,4%), pese embora o aumento em 11,3% dos donativos diretos (+5,9 milhões de CVE) e (ii) de organizações internacionais em -84,6% (-189,9 milhões de CVE) e (iii) das administrações públicas em 32,7% (-48,5 milhões de CVE).

No concernente às “outras receitas”, verifica-se um acréscimo de 33,9% (+497,3 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação das seguintes rubricas:

- Rendimentos de propriedade (-23,1%; -38,7 milhões de CVE), decorrente da redução de arrecadação das receitas de rendas de outras concessões no setor das pescas;
- Venda de bens e serviços (+39,3%; +468,8 milhões de CVE), impulsionada pelas taxas de prestação de serviços podendo-se destacar taxa de serviços aeroportuárias, os emolumentos dos registos e notariado, bem como os emolumentos das custas judiciais; dos serviços médico hospitalar e a taxa de segurança marítima.
- Outras transferências (+348,4%; +39,4 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de outras receitas eventuais pelos hospitais e pelas Forças Armadas.



## 2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em abril de 2022, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um decréscimo de 17,7% (-64,2 milhões de CVE) comparativamente a abril de 2021, em face as vendas pontuais registadas no ano passado, nomeadamente venda da aeronave das Forças Armadas.

## 3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

### 3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em abril de 2022, atingiram 18.620,2 milhões de CVE, registando um acréscimo de 7,8% em relação ao período homólogo de 2021.

**Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica**

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2021		2022			
	Orç. Ret.	Abr	Orç. Inicial	Abr	Grau Exec.	Tax. Hom
Despesas com Pessoal	24 480	7 059	24 326	7 467	30,7	5,8
Remuneração Certas e Permanentes	22 381	6 541	22 206	6 643	29,9	1,6
Segurança Social	2 098	518	2 120	825	38,9	59,3
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	2 157	12 390	2 400	19,4	11,3
Juros Correntes	4 485	1 413	5 541	1 598	28,8	13,0
Dívida interna	3 343	1 078	3 413	1 104	32,3	2,4
Dívida externa	1 044	325	2 052	481	23,5	48,3
Outros encargos	98	11	76	12	16,3	16,8
Subsidios	1 116	529	1 008	374	37,1	-29,3
Transferências Correntes	7 847	1 810	6 663	1 591	23,9	-12,1
Governos Estrangeiros	1 188	9	504	33	6,5	281,8
Organismos Internacionais	465	58	472	5	1,2	-90,5
Administração Pública	6 194	1 744	5 687	1 553	27,3	-10,9
Benefícios Sociais	9 179	2 892	8 316	2 791	33,6	-3,5
Outras Despesas Correntes	4 075	517	3 868	870	22,5	68,4
Valor a regularizar		321	0	464	-	44,6
<b>Despesas</b>	<b>63 473</b>	<b>16 698</b>	<b>62 112</b>	<b>17 556</b>	<b>28,3</b>	<b>5,1</b>
<b>Ativos e Passivos</b>	<b>11 353</b>	<b>582</b>	<b>10 625</b>	<b>1 064</b>	<b>10,0</b>	<b>82,9</b>
Ativos não Financeiros	11 353	582	10 625	1 064	10,0	82,9
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>74 826</b>	<b>17 280</b>	<b>72 737</b>	<b>18 620</b>	<b>25,6</b>	<b>7,8</b>

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

### 3.1.1. Despesas

Em abril de 2022, as despesas executadas totalizaram o montante de 17.555,9 milhões de CVE, registando um acréscimo de 5,1% em relação ao executado em abril de 2021. Esta evolução resultou do aumento generalizado de várias rubricas de despesas nomeadamente, outras despesas (+68,4%), Juros correntes em (+13,0%), aquisição de bens e serviços (+11,3%), despesa com o pessoal (+5,8%), conjugado com a diminuição de despesas com subsídios (-29,3%), transferências (-12,1%) e Benefícios Sociais (-3,5%), conforme abaixo se apresenta:

- A “despesa com o pessoal” evidenciou um aumento na ordem dos 5,8% (+408,6 milhões de CVE), decorrente do aumento de despesas:
  - i. com a implementação do estatuto da Direção Nacional de Receitas do Estado, que teve início em dezembro de 2021;
  - ii. com o registo atempado das despesas da Assembleia Nacional e Presidência da República, em face a adesão desses Órgãos à bancarização; e
  - iii. com as contribuições à segurança social, na sequência da diminuição do tempo médio do pagamento, comparativamente ao ano de 2021.
  
- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 11,3% (+242,9 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas: “Assistência Técnica – Residentes” (+97,1 milhões de CVE) com realce ao contrato para fornecimento de bens e serviços no âmbito da implementação do projeto “Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras”, cujo valor atingiu 103,6 milhões de CVE, dado o aumento do número de passageiros; “Deslocação e estada” (+48,9 milhões de CVE) na sequência do processo de bancarização/consolidação da execução orçamental da Assembleia Nacional e Presidência da República; “Produtos Alimentares” (+47,6 milhões de CVE), consumido no âmbito das atividades das Forças Armadas, da FICASE, dos Hospitais e dos Serviços Prisionais; Energia Elétrica” (+31,9 milhões de CVE), como consequência da recentragem do tempo médio de pagamento e pagamento dos atrasados; “Outros Serviços” (+35,0 milhões de CVE) na sequência da execução do projecto “Ocean Race”; Combustíveis e Lubrificantes” (+27,2 milhões de CVE) com destaque aos ministérios da administração interna e Ministério da Saúde e

- Segurança Social; e “Material de Consumo Clínico” (+2,3 milhões de CVE), essencialmente, em face ao aumento de despesa com a hemodiálise;
- A despesa com os juros registou um acréscimo de 13,0% (+184,2 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2021, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 48,3% (+156,7 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2021. Parte desta performance resulta da conclusão do período das moratórias.
  - Os “Subsídios” registaram um decréscimo de 29,3% (-154,8 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2021, no âmbito da Resolução 54/2021 de 16 de abril, resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas, cujo pagamento é efetuado através do Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo.
  - Os “Benefícios Sociais” diminuíram 3,5% (-100,9 milhões de CVE), justificado pela diminuição da rubrica outros benefícios sociais em numerário em 63,8% (-243,7 milhões de CVE), no âmbito do apoio social emergência às famílias afetadas pela pandemia da covid-19 (RSI), comparativamente a 2021. Diminuição essa que foi contrabalançada pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas do regime contributivo, impactando as rubricas de pensões de aposentação em 8,6% (+140,0 milhões de CVE) e de pensões de sobrevivência em 10,9% (+11,1 milhões de CVE).
  - As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição de 12,1% (-218,8 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, devido à diminuição das transferências aos Municípios realizados anteriormente no âmbito das medidas de mitigação do impacto negativo da covid-19 e à descontinuidade da medida das transferências no âmbito da “Discriminação Positiva” para os municípios com uma população inferior a 15.000 (quinze mil) habitantes.

- As “Outras Despesas Correntes” evidenciaram um aumento de 68,4% (+353,5 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrente do pagamento às organizações não governamentais no âmbito da subvenção do Estado referente às eleições autárquicas de outubro de 2020 e da participação da seleção nacional de futebol na CAN – Copa de África das Nações, bem como o pagamento atempada das indemnizações.

O valor da despesa por regularizar, em abril, situou-se na ordem dos 463,8 milhões de CVE, referente aos adiantamentos efetuados às Embaixadas, que são posteriormente regularizadas, mediante a apresentação dos balancetes periódicos daquelas entidades.

### **3.1.2. Ativos Não Financeiros**

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 1.064,3 milhões de CVE, equivalente 10,0% do total do orçamento e registou uma variação positiva em termos absolutos, de 482,5 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2021.

O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes projetos: “Programa de Reabilitação, Requalificação Urbana e Acessibilidades” (PRRA) com 448,8 milhões de CVE; “Reabilitação de Estradas” com uma execução de 151,8 milhões de CVE; “Construção da Nova Escola da Várzea” com uma execução de 136,5 milhões de CVE, “Reforço ao Sector da Educação” com uma execução de 38,9 milhões de CVE; “Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas e Rurais (Poser - Clima)” com uma execução de 36,5 milhões de CVE; “Construção Centro Ambulatório Hospital B. Sousa “ com uma execução de 24,4 milhões de CVE, “Obras e Beneficiação dos Edifícios da Justiça” com uma execução de 17,3 milhões de CVE, “Centro de Artesanato de S Vicente” com uma execução de 14,8 milhões de CVE; “Preparação e Resposta à Covid-19” com uma execução de 12,9 milhões de CVE; e “Eletrificação Rural Santiago” cuja execução no período foi de 11,0 milhões de CVE.

### 3.2. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas, nota-se que 93,9% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 6,1% com recursos externos.

**Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento**

(em milhões de CVE)

Financiamento	2021 Orç	Abril	Grau Exec.	Peso %
<b>Interno</b>	<b>61 480</b>	<b>17 481</b>	<b>42,3</b>	<b>93,9</b>
Tesouro (Rec. Int.)	60 616	17 363	28,6	99,3
OFN	864	118	13,7	0,7
<b>Externo</b>	<b>11 257</b>	<b>1 139</b>	<b>10,1</b>	<b>6,1</b>
Donativo	2 444	298	12,2	26,2
Empréstimo	8 523	831	9,8	72,9
Ajuda alimentar	290	10	3,5	0,9
<b>Total da Despesa</b>	<b>72 738</b>	<b>18 620</b>	<b>25,6</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante de 298,3 milhões de CVE, equivalente a 26,0% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maiores execuções: o Luxemburgo com 82,5 milhões de CVE; o Fundo Internacional Desenvolvimento Agrícola com 41,2 milhões de CVE; o O. M. S com 28,1 milhões de CVE; a *Global Environment Fund* com 24,1 milhões de CVE; o Banco Africano de Desenvolvimento com 15,9 milhões de CVE, as Nações Unidas com 14,0 milhões de CVE; e a União Europeia com 12,7 milhões de CVE.
- Os empréstimos externos ascenderam ao montante de 831,1 milhões de CVE, equivalente a 72,9% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 14 programas, com destaque para os programas “Reforma do Estado” (296,0 milhões de CVE), “Infraestruturas Modernas e Seguras” (196,6 milhões de CVE), “Educação de Excelência” (105,4 milhões de CVE), “Garantia de acesso ao rendimento, a Educação, aos

Cuidados e à Saúde” (78,1 milhões de CVE), “Desenvolvimento Integrado da Saúde (36,3 milhões de CVE)” e “Cabo Verde Plataforma do turismo” (22,0 milhões de CVE).

#### 4. Projetos em Resposta à Covid-19

A execução orçamental dos projetos/unidades inscritos em resposta direta e indireta à covid-19, até abril de 2022, totalizaram 342,6 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 23,2%.

Por modalidade de financiamento, até o final do mês de abril, a execução dos projetos/unidades foi financiada pelo tesouro em 62,6%, por empréstimo em 33,4% e por donativos em 4,0%.

**Quadro 5 - Despesa Covid-19 por Tipo de Financiamento**

(em milhões de CVE)

MOD. FINANCIAMENTO	VALOR_ACTUAL	VALOR_PAGO	PESO %
Donativo	53,7	13,9	4,0%
Empréstimo	590,6	114,3	33,4%
Tesouro	832,8	214,4	62,6%
<b>Total Geral</b>	<b>1 477,1</b>	<b>342,6</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

Dos projetos executados no período, em valores absolutos, destacam-se:

- “Prevenção e combate a Coronavírus” (189,2 milhões de CVE);
- “Implementação de rendimento social de inclusão” (86,5 milhões de CVE);
- “Preparação e resposta à Covid-19” (36,3 milhões de CVE);
- “Escola sem Covid” (4,7 milhões de CVE); e
- “Garantia de cuidados de dependentes” (5,6 milhões de CVE).

**Quadro 6 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19**

(em milhões de CVE)

FUNÇÕES DO ESTADO	FINANCIADOR	PROJETOS	VALOR ACTUAL	VALOR PAGO	GRAU EXEC.%
07.00.04 - Assuntos económicos	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	Reforço Da Resiliência Das Famílias Rurais No Pós Covid-19	27	3	9,9
	Banco Mundial/Emprestimo Externo	Transição Da Economia Informal A Formal	20	0	0,0
<b>07.00.04 - Assuntos económicos Total</b>			<b>47</b>	<b>3</b>	<b>5,7</b>
07.00.07 - Saúde	Banco Mundial	Preparação E Resposta A Covid-19	188	36	19,3
	O.M.S.	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	1	0	0,0
		Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	25	11	45,1
	Organização Oeste Africana da Saúde	Prevenção E Combate A Coronavírus	1	0	0,0
	Tesouro	Prevenção E Combate A Coronavírus	464	105	22,6
		Prevenção E Combate A Coronavírus	28	0	0,0
		Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30	0	0,0
		Prevenção E Combate A Coronavírus	190	84	44,4
<b>07.00.07 - Saúde Total</b>			<b>926</b>	<b>237</b>	<b>25,5</b>
07.00.08 - Serviços culturais recreativo	Tesouro	Apoio A Classe Artista Cultural - Covid-19	15	6	43,1
<b>07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos Total</b>			<b>15</b>	<b>6</b>	<b>43,1</b>
07.00.09 - Educação	Tesouro	Escola Sem Covid	27	5	17,2
<b>07.00.09 - Educação Total</b>			<b>27</b>	<b>5</b>	<b>17,2</b>
07.00.10 - Protecção social	Banco Mundial	Implementação De Rendimento Social De Inclusão	171	8	4,5
		Implementação De Rendimento Social De Inclusão	212	70	33,2
	TESOURO	Garantia De Cuidados De Dependentes	31	6	18,2
		Implementação De Rendimento Social De Inclusão	48	8	17,7
<b>07.00.10 - Protecção social Total</b>			<b>461</b>	<b>92</b>	<b>20,0</b>
<b>Total Geral</b>			<b>1 477</b>	<b>343</b>	<b>23,2</b>

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

**5. Dívida Pública**

Em 30 de abril de 2022, o stock da dívida pública, excluindo os TCMF, atingiu o montante de 289.872,8 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 88.367,9 milhões de CVE (45,4% do PIB) e à dívida externa 201.504,9 milhões de CVE (103,6% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB atingiu os 149,0%, cerca de 2,4 p.p. acima do registado em abril de 2021.

**Quadro 7 – Evolução da Dívida Pública**

(em milhões de CVE)

	abril 21	abril 22	Var. Hom	% PIB/21	% PIB/22
<b>Estoque Global</b>	<b>264 528,0</b>	<b>289 872,8</b>	<b>9,6</b>	<b>146,6</b>	<b>149,0</b>
Dívida Interna	79 680,7	88 367,9	10,9	44,1	45,4
Dívida Externa	184 847,3	201 504,9	9,0	102,4	103,6

Fonte: MFFE - DGT